

ÁFRICA EM FOCO

Depois do Acordo do Nkomati a África do Sul acha prudente aumentar os seus encargos militares

Certamente para não deixar dúvidas a ninguém sobre a sua fidelidade ao marxismo, o presidente do MPLA e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, levou a efeito durante a segunda semana de Abril uma visita à Jugoslávia, à Roménia e à Polónia, complementar daquela que, pouco antes, o levava até Cuba, e também da que fez a Luanda o secretário-geral do Partido Comunista dito português.

António Maria Zorro

A visita ao Leste europeu, que incluiu a assinatura de vários acordos de cooperação, teve condisso remate no banquete que ao ditador angolano foi oferecido em Varsóvia, pelo seu homólogo polaco, general Jaruzelski, e em que José Eduardo dos Santos enalteceu a opressão restabelecida na Polónia em Dezembro de 1982, com a declaração do «estado de sítio» e o consequente desmantelamento do sindicalismo livre esboçado pelo «Solidariedade» de Lech Walesa. Para não ficar diminuído perante o seu hóspede em matéria de gentilezas, Jaruzelski entou louvores ao MPLA e pôs em paralelo a Polónia e Angola como alvos dos «ataques cínicos e ferozes do imperialismo americano». As boas almas muito liberais e muito democráticas que lamentam a triste sorte da Polónia sob a ditadura de Jaruzelski mas que permanecem indiferentes à miserável condição do povo angolano sob a ditadura de José Eduardo dos Santos e da sua camarilha, abstiveram-se, como é óbvio, de comentar o encontro dos dois ditadores em Varsóvia. Comentá-lo seria reconhecer a falsidade de tudo quanto se tem procurado fazer crer em matéria de afastamento de Angola da órbita soviética.

Entretanto, durante um almoço com empresários, o ministro português das Finanças, Ernâni Lopes, anunciou que Lisboa decidiu aumentar em 60 milhões de dólares (7,8 milhões de contos) a sua linha de crédito para a República marxista de Angola. Com isto se prova ser o actual regime português exemplar no que respeita a pragmatismo, generosidade — e inconsequência.

Infelizmente para José Eduardo dos Santos e para o seu MPLA, nem a solidariedade que lhe manifestaram os comunistas portugueses, jugoslavos, romenos e polacos, nem as linhas de crédito que lhe dá o Governo português, nem a compra de vinte e sete helicópteros franceses há pouco autorizada pelo governo do presidente Mitterrand, nem todos os outros apoios de que ainda dispõe são agora bastantes para deter a queda inevitável. O risco já não vem da maior ou menor capacidade ofensiva da UNITA no terreno da luta de guerrilhas mas sim da sua implantação na opinião pública internacional.

Com efeito, parece ter passado o tempo em que o MPLA expor-tava facilmente a fórmula «Fantoches da UNITA» quando era forçado a referir-se aos guerrilheiros de Jonas Savimbi. Não é só o «New York Times» a descrever com evidente simpatia a visita que um seu enviado especial fez às áreas controladas pelo movimento rebelde; não é só o «Magazine Hebdo», na sua edição de 6 de Abril, a dedicar às operações militares da UNITA — e aos seus serviços de saúde, e ao entusiasmo dos seus combatentes, e às declarações de Savimbi — uma extensa reportagem largamente ilustrada; são muitos outros gran-

des jornais ou grandes revistas a proceder do mesmo modo; é já um jornal de Sofia, o «Pogled», a registar a hipótese da UNITA vir a participar no Governo angolano, e isto a propósito dos búlgaros e outros estrangeiros feitos reféns pela guerrilha.

Mais significativo, ainda, nos parece o teor de uma recente nota pastoral do Episcopado angolano, na qual são convidados todos quantos desejam «a sobrevivência e a dignidade de Angola» a não hesitarem a envidar todos os esforços «para que a guerra acabe e a grande família angolana seja verdadeiramente reconciliada»; os prelados observam não haver outras alternativas: «o extermínio da maioria da população ou a reconciliação da pátria dilacerada». Num linguagem condicionada à habitual prudência da Igreja mas que nem por isso deixa de constituir um desafio ao despotismo do partido único instalado em Luanda, o episcopado inclina-se abertamente para a tese de Jonas Savimbi, pois o que o presidente da UNITA tem vindo a propor, enquanto se sucedem os êxitos dos seus guerrilheiros, é uma plataforma de entendimento político, assente na retirada do corpo expedicionário cubano e no fim do monolitismo marxista. Não pode ser outra a leitura da nota pastoral, mas o MPLA e os seus apoiantes — tanto comunistas como pretensamente democráticos — insistem em voltar as costas à realidade.

O episcopado angolano em apoio das teses defendidas pela UNITA de Jonas Savimbi

Continuam também a voltar as costas à realidade os observadores da situação na África Austral, e particularmente em Moçambique, que se mantêm esperançados na valia do Acordo de Nkomati como garante da estabilidade do regime frelimista. É certo que à sombra dessa ficção inventada pela diplomacia norte-americana para uso da recandidatura presidencial de Ronald Reagan está agora em Maputo um grande senhor da frondosa plutocracia norte-americana acolitado por um senhorito da ínfima a rastejante plutocracia portuguesa; que a França vai conceder à República Popular de Moçambique um empréstimo no valor de um bilião de francos; que Samora Machel trouxe da sua visita ao Zaire a hipótese do cobre zaireense vir a ter maior escoamento pelo porto moçambicano da Beira; que a África do Sul forneceu a Moçambique (mais exactamente à área do Maputo) grande quantidade de munições e, como nunca deixou de o fazer, presta aos seus vizinhos frelimistas toda a necessária assistência técnica; mas nem os capitais da plutocracia internacional, nem o precioso cobre das minas

do antigo Catanga e hoje Shaba, nem as saborosas maçãs das «farms» sul-africanas servirão para sustentar o regime de Samora Machel, se este vir malograr-se um dos objectivos do Acordo de Nkomati, cujo foi mitigar a violência da rebelião conduzida pelo presidente da Resistência Nacional Moçambicana, Afonso Dhlakama. Ora esse malogro afigura-se evidente.

Já depois de composta a crónica do nosso correspondente especial em Harare, que em outro local publicamos e em que se dá conta das acções de sabotagem levadas a efeito nos arredores de Maputo — e que, entre outras consequências, privaram de energia eléctrica durante vários dias a capital moçambicana — recebemos da delegação da RENAMO na Europa um comunicado em que se menciona um ataque dos guerrilheiros aos aquartelamentos governamentais de Inhambane — o mais importante centro estratégico do centro-sul do país — o aniquilamento de um comboio militar na província de Gaza e de outro na província de Sofala e, sobretudo, a tomada de Inhanga, ou seja, da principal estação da linha férrea Beira-Tete-Malawi.

Nenhuma destas acções da guerrilha foi desmentida pela FRELIMO, que não conseguiu, evidentemente, ocultar a destruição dos cabos que fornecem energia eléctrica a Maputo e que, em contrapartida, se tem limitado

a anunciar umas vagas e não localizadas mortes e capturas «de elevado número de bandidos armados». Por grande que seja a margem de desconto de propaganda que se queira atribuir aos comunicados da RENAMO, o que não oferece dúvidas nenhuma é que, até agora, o acordo de Nkomati é de todo em todo estéril no que respeita à pacificação de Moçambique ou mesmo à diminuição da ofensiva rebelde.

Quanto ao reverso da medalha, a esterilidade do mesmo celebrado instrumento diplomático não deve ser menor. A máquina informativa da FRELIMO cuidou de mandar para o exterior notícias sobre medidas cautelares tomadas em cumprimento do Acordo de Nkomati, de modo a desmobilizar os guerrilheiros do Congresso Nacional Africano, ou ANC, aboletados em Moçambique; o próprio ANC se encarregou de retocar o quadro, queixando-se de estar privado de liberdade de acção e afirmando-se compelido a passar à clandestinidade. Mas toda esta montagem cai pela base quando vemos no «Expresso» de sábado passado, pela crónica do

seu correspondente no Maputo e com a chancela do machetíssimo Augusto de Carvalho, que até agora nenhum elemento do ANC foi expulso de Moçambique e que o líder daquele movimento terro-



O presidente zambiano, Kenneth Kaunda, pretende reunir em Lusacã o primeiro-ministro da África do Sul e os dirigentes dos países da «Linha da Frente». Entretanto, vai dizendo que o Acordo de Nkomati se fez para assegurar a sobrevivência do governo da FRELIMO em Moçambique. O que não é de todo em todo falso.

rista, Oliver Tampo, esteve sempre ao corrente das negociações entre Maputo e Pretória, às quais deu o seu assentimento.

Operações repressivas da actividade do ANC estão em curso, sim, mas na Suazilândia — e nada têm a ver com o Acordo de Nkomati. Essas operações representariam, de facto, um revés para o ANC — não fora este se encontrar tão profundamente infiltrado como já o está em território

da República da África do Sul.

O simulacro de distensão na África Austral, vai continuar. É possível que o primeiro-ministro Pieter Botha aceite a sugestão do presidente zambiano Kenneth Kaunda para um encontro em Lusacã com os dirigentes dos outros países da «Linha da Frente», embora Kaunda tenha declarado, ao mesmo tempo, que «os militantes da ANC serão bem-vindos à Zâmbia». Mas se tal acontecer, não será mais do que o prolongamen-

to do jogo dos enganos. Assim se compreende que o Governo de Pretória tenha decidido elevar em mais de 20 por cento o orçamento das suas despesas militares e anunciado um programa de reforço das estruturas de defesa marítimas e terrestres, incluindo uma base de combate no Norte do Transval e perto da fronteira com o Zimbábue. Os jogos de enganões nunca foram um caminho para a paz.